

Cadernos de
Sociomuseologia
Centro de Estudos de Sociomuseologia

MUSEU DE ARTE POPULAR: Memórias e Poder

Luís Filipe Raposo Pereira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
39 . 2011

DEDICATÓRIA

Falar desta obra é falar de todos aqueles que me apoiaram e me conferiram forças pelo seu amor, mesmo quando em troca apenas receberam abdicação e ausência da minha parte. A esses, em especial, a minha profunda e sincera homenagem e o meu lamento pelas minhas mais variadas faltas...

AGRADECIMENTOS

Consumada esta investigação, o meu primeiro sentido de agradecimento vai para a Professora Doutora Judite Primo, pelo trabalho sério de acompanhamento realizado ao longo da concepção desta obra, que foi a Dissertação apresentada em Setembro de 2008 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, e pela abertura e disponibilidade revelada durante todo o processo intelectual e de reflexão.

De igual forma o meu sincero agradecimento à Dr.^a Maria Luisa Nunes Abreu, pela partilha a que gentilmente se prestou e por permitir que o seu repositório de vivências no Museu de Arte Popular pudesse ser utilizado no enriquecimento científico deste trabalho.

Uma palavra obrigatória e especial para a minha família, em particular para os meus pais, os meus dois irmãos e para o meu primo, pelo apoio e reconforto emocional ao longo destes dois anos; e para os meus amigos – onde ocupa um lugar especial Susana Carvalho – também pelo apoio, mas sobretudo pela ausência afastamento a que os submeti. Apesar desse constrangimento, sem eles nunca teria conseguido chegar a este trabalho.

Por último, e não menos importante, o reconhecimento pelo voluntarismo da Dr.^a Maria José, responsável pelo Serviço Educativo do Museu Nacional de Arqueologia, e de Ana Catarina Teixeira, ajudas valiosíssimas em momentos específicos de impasse metodológico.

RESUMO

Tendo como pano de fundo o Museu de Arte Popular, o presente trabalho procura compreender a decisão política que determinou o seu encerramento em 2008, enquadrando-a no período histórico vivido pela sociedade portuguesa desde o ano de 1948, data em que foi inaugurado, até aos nossos dias. É traçado o registo biográfico do Museu, assim como a matriz institucional que a ele preside, pretendendo-se, com o auxílio de informação produzida em várias áreas científicas complementares da museologia e presente em fontes documentais de arquivo, estabelecer uma descrição dos seus principais aspectos caracterizantes – onde se inclui a descrição do percurso institucional, do espaço expositivo, acervo, – bem como das relações funcionais verificadas entre o Museu e as diferentes tutelas dos períodos do Estado Novo e da Democracia.

Palavras-chave: biográfico, matriz, tutelas.

ABSTRACT

Having the Museum of Popular Art as background, the essay at hand, tries to understand the political decision which determined the closing down of the museum in 2008, taking into account the historical period lived by the Portuguese society since 1948, when the museum was opened to public, until our present days. In this essay the biographic timeline for the museum is plotted, as well as its institutional nature, having the goal of establishing a description of its main aspects and characterizing features, with the help of information produced in several scientific areas complementary to museology which are present in the archive's documentation. On the one hand this includes describing the path of the institution, the exhibit area, the patrimony and on the other hand also describing the functional relations between the museum and the different entities of political power throughout the different stages of the so called "Estado Novo" and afterwards in democracy.

Key-words: biographic, institutional nature, political power.

ABREVIATURAS

PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado;

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional;

SNI – Secretariado Nacional de Informação;

ANTT – Arquivos Nacionais, Torre do Tombo;

DGARQ – Direcção Geral de Arquivos;

IMC – Instituto dos Museus e Conservação;

IPM – Instituto Português de Museus.

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho;

MAP – Museu de Arte Popular;

IPPC – Instituto Português do Património Cultural;

POC – Plano Operacional de Cultura;

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico;

ÍNDICE

Introdução	13
Capítulo 1	
Portugal na 1ª Metade do Século XX	23
1.1 Ditadura Militar	23
1.2 Estado Novo	31
1.2.1 Princípios Gerais	31
1.2.2 Institucionalização do Salazarismo	40
1.3 Secretariado da Propaganda Nacional	44
1.3.1 Propaganda da Doutrina Política	48
1.3.2. Nacionalismo	54
1.3.3 Cultura Popular	59
1.4 Exposição do Mundo Português	67
Capítulo 2	
Património, Memória e Poder: Expressão assumida pelos museus do Estado Novo	77
2.1 Noções de Memória e Poder	77
2.1.1 Articulação de Memória e Poder nos Espaços Museais: Enquadramento no âmbito do Estado Novo	82
2.2 Cultura Popular: Noções e significados que se estabeleceram durante o Estado Novo – mecanismos de construção e desconstrução	101
2.2.1 A Descoberta do Povo: Definição de Cultura Popular	101
2.2.2 Cultura e Arte Popular à luz do Estado Novo	113

Capítulo 3

Museu de Arte Popular	129
3.1 Enquadramento	129
3.1.1 Descrição do Espaço e Discurso Expositivo	132
3.1.2 Percurso Institucional	147
3.2 Representação Social do Museu: Cristalização de uma Imagem	164
3.3 Simbolismo do Acto político que determinou o encerramento do Museu de Arte Popular	186
Conclusão	205
Bibliografia	213
Glossário	225

ÍNDICE DE QUADROS

Tabela 1 – Dados comparativos dos Museus da Cidade de Lisboa entre 1996-1999 em visitantes	158
Tabela 2 – Registo de Visitantes do MAP entre 1996-2003	159

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – Secretariado Nacional de Informação (1948)	134
Imagem 2 – Diário de Notícias (1948)	164

INTRODUÇÃO

O âmbito desta obra centra-se na caracterização de uma das mais peculiares instituições existentes no panorama dos Museus portugueses – até sensivelmente ao início do século XXI –, o Museu de Arte Popular, criado em 1948 por António Ferro destacado dirigente do regime idealizado por António de Oliveira Salazar, registando, de uma forma simultânea, todo o processo que determinou o seu encerramento e propondo uma leitura possível para o acto decisório associado.

Enquadrada num período compreendido entre o segundo quartel do século XX e a primeira década do século XXI, procura, de uma forma alargada, evidenciar as características do período no qual se inscreveu o sentido matricial do Museu projectando, a partir do mesmo, a forma como essa premissa essencial determinou a sua relação com o Poder político ao longo das diferentes épocas que percorreu. Marcado claramente por dois períodos distintos e antagónicos, compreende ao longo da investigação a necessidade de uma reflexão crítica focada nesse fraccionamento histórico-temporal em concreto, procurando apresentar os aspectos mais importantes e significativos da orientação seguida por parte da instituição em cada um deles – e de certa forma determinados pelos múltiplos canais de Poder com os quais lidou –: um primeiro momento compreendido entre 1948 e 1974, correspondente a uma parte expressiva da longa vigência do regime político designado como «Estado Novo»; um segundo momento vivido entre 1974 e 2008 relacionado com a emergência da democracia na sociedade portuguesa e sua respectiva sedimentação.

Resultando daí, necessariamente, imperativos conceptuais que possibilitem a compreensão do Museu nas suas múltiplas variantes, uma parte desta obra propõe-se fixar um quadro devidamente sustentado das principais questões teóricas associadas: apresentando dois capítulos dedicados ao enquadramento histórico e pensamento ideológico do período definidor da instituição e de um conjunto de questões relacionadas com o projecto cultural «estado novista» – em especial do sentido determinado em relação à arte e cultura popular – através dos mesmos perspectiva-se o processo descritivo da realidade caracterizante do Museu de Arte Popular introduzida ao longo do terceiro e último capítulo, bem como a reflexão crítica construída em torno do acto político que determinou o seu encerramento.

Avançando-se com uma descrição dos pressupostos museológicos que particularizavam a instituição, com a representação social assumida ao longo dessas seis décadas na sociedade portuguesa e com uma leitura possível para a decisão que motivou, em 2006, o desmembramento da instituição, estabelece-se como finalidade científica e metodológica para este trabalho de investigação: sistematizar parte do conhecimento existente relativamente ao Museu – dispersa por alguns trabalhos de âmbito académico e publicações avulsas –; contribuir com a introdução de novos elementos relacionados com a descrição do percurso institucional do mesmo e a forma como foi sendo observado sociologicamente; e, motivação maior deste projecto, tentar perceber as razões que presidiram a uma desestruturação que teve tanto de institucional como memorialística.

De modo a atingir os objectivos propostos definiu-se um conjunto vasto de fontes como suporte conceptual deste trabalho. Partindo do ordenamento estabelecido e delineado, numa primeira instância e no âmbito da caracterização do Estado Novo, recorreu-se a uma extensa bibliografia definidora do período em causa; nesse seguimento e correspondendo a uma segunda parte na teorização

definida, a bibliografia relacionada com o ordenamento da salvaguarda e protecção patrimonial nacional – enfatizando o papel assumido pelos Museus e a forma como integraram as orientações políticas dominantes – e um conjunto de trabalhos de âmbito, essencialmente, científicos, direccionados para a compreensão da cultura e arte popular; por último e associado à reflexão produzida em torno do Museu de Arte Popular, fontes bibliográficas relacionadas com diferentes contextos matriciais – académico, institucional, imprensa de época – complementadas pela recolha do testemunho, primordial, da antiga conservadora do Museu de Arte Popular, à data do seu encerramento, Dr.^a Maria Luísa Nunes Abreu.

Incidindo analiticamente na estrutura definida para este trabalho importa perceber de que forma esses elementos materializaram os objectivos propostos. Dividida em três capítulos distintos, começando pelo capítulo 1 encontra-mos um conjunto de questões relacionadas com o âmbito pretendido para o mesmo: «Portugal na 1^a metade do século XX – enquadramento histórico». Comportando quatro pontos diferenciados mas devidamente relacionados e articulados, procura-se ao longo de cada um deles perceber como Salazar ascendeu ao Poder político e definiu as premissas ideológicas do regime que viria a ser designado «Estado Novo», ilustrando-se, simultaneamente, a forma como implementou o projecto cultural decorrente através do, então criado, Secretariado da Propaganda Nacional.

Registando-se enormes possibilidades em termos bibliográficos e documentais, a explanação produzida ao longo do mesmo repartiu-se pelos principais autores de obras sobre a História de Portugal no Século XX, compilações de discursos produzidos por António de Oliveira Salazar, estudos/ ensaios sobre a forma como a ideologia «estado novista» se fez projectar na sociedade portuguesa através da imprensa de época e, por último, documentos presentes na Direcção Geral de Arquivos.

Partindo de um sentido amplo e generalista progride até um momento determinante e marcante na compreensão do surgimento do Museu – Exposição do Mundo Português de 1940 –, lançando os pontos de discussão e continuidade para o Capítulo seguinte e encerrando uma contextualização necessária no processo de caracterização matricial do museu e capacitação reflexiva do autor para as questões traçadas nos pontos seguintes.

O capítulo 2 ilustra a forma como as determinações ideológicas condicionaram as entidades responsáveis pelo ordenamento patrimonial – em particular as instituições museológicas –, estabelecendo uma análise ao corpo legislativo produzido nesse período e identificando as marcas politizantes constantes no mesmo. Partindo de publicações produzidas por Lira (1997 & 2002) e Pimentel (2005) observa-se o sentido conferido pelos Museus nacionais ao tratamento memorialístico praticado em relação ao património cultural português, evidenciando as orientações nacionalistas impostas pelo Poder político. Nesse seguimento, o capítulo particulariza-se com a essência do Museu de Arte Popular, traçando uma reflexão sobre um conjunto de noções relacionadas com o conceito de Cultura Popular – mais concretamente enquadrando o seu surgimento e o modo como foi sendo perspectivada pelas ciências sociais –, e a forma como o Estado Novo procedeu à sua assimilação doutrinária.

Traduzindo este capítulo dois pontos distintos – noções de memória e Poder verificados pelos museus e instituições culturais durante o Estado Novo e significado e sentido conferido em relação à cultura Popular – refira-se no âmbito da estruturação metodológica deste último o seguinte aspecto; representando um conceito pouco consensual e longe de postulações científicas rígidas e absolutas, o exercício de sistematização dos conteúdos bibliográficos adoptados, alguns deles contraditórios entre si, revelou-se particularmente exigente e complexa advindo daí um ordenamento conceptual multifacetado, passível de revisão e continuidade reflexiva e, acima

de tudo, indicando uma leitura parcial das definições associadas – reveladoras, mais do que de premissas fechadas, de espaços conceptualmente abertos –.

Consagrando, contudo, um conjunto de noções que ainda assim e apesar de genéricas, enquadram, harmoniosamente, o teor da obra provendo-lhe a necessária sustentação conceptual, estruturalmente conjuga um somatório de fontes bibliográficas filiadas na antropologia e etnologia, centrando-se o ponto mais significativo – Cultura e Arte Popular à Luz do Estado Novo – num conjunto de trabalhos académicos incidentes na questão da Cultura Popular e no respectivo processo apropriativo e instrumentalizante promovido pelo regime de Salazar.

Resumindo os elementos caracterizantes expostos ao longo do enquadramento traçado até este momento, o Capítulo 3 assume-se como a confluência natural do sentido estruturante ilustrado, materializando a percepção sobre a realidade descritiva do Museu de Arte Popular e propondo uma leitura reflexiva sobre a contemporaneidade do mesmo e os episódios vividos em torno do seu encerramento. Surgido em 1948 como um dos expoentes da obra de António Ferro enquanto director do Secretariado da Propaganda Nacional – Secretariado Nacional de Informação a partir de 1944 – e do sentido cultural distintivo do Estado Novo, encontraria nesse elemento histórico claramente conotativo o factor determinante na relação estabelecida durante o seu percurso existencial com a sociedade e, em última instância, com os múltiplos canais de Poder. Dividido o capítulo em cinco pontos específicos, cada um deles representa uma dimensão concreta do Museu e desses aspectos subjacentes, atestando a assunção que o situava claramente como um exemplar único no panorama museológico nacional e como um testemunho raro do pensamento cultural e político da década de 40 do século XX.

Traçando-se ao longo dos dois primeiros uma descrição dos antecedentes institucionais e descrevendo o espaço e discurso expositivo que o Museu comportava, resultam da conjugação e sistematização de vários registos documentais. De uma forma central, e claramente preponderante, refira-se um conjunto de publicações dispersas por várias entidades – produzidas pelo então Secretariado Nacional da Informação –, publicadas no ano de abertura do museu evocando a efeméride. Descrevendo exaustivamente o conteúdo e o acervo do mesmo permitiram recriar cada um dos espaços, projectando-os ao longo dos seus 60 anos de existência uma vez que não se verificou nesse período quaisquer alterações nas feições expositivas definidas matricialmente.

Em continuidade com os conteúdos anteriores surge a descrição do registo institucional, ilustrativo dos aspectos mais significativos do percurso verificado pelo mesmo. Seccionado em dois períodos distintos correspondentes ao intervalo compreendido entre 1948-1974 e 1974-2008, a sustentação de cada um deles pressupôs fontes diferenciadas; resultando o primeiro de um trabalho de investigação documental e bibliográfico, centrou parte do sentido consagrado numa comunicação proferida pela então conservadora do Museu, em 1962, Maria Madalena Cagigal – resumindo os momentos mais marcantes da instituição até aí e antecipando os anos vindouros – devidamente articulada com alguns trabalhos produzidos academicamente no âmbito da museologia e demais ciências sociais bem como alguns diplomas legais datados entre 1962 e 1974.

O período compreendido entre 1974-2008 revela-se a partir das informações recolhidas a partir de uma entrevista realizada com a conservadora do Museu de Arte Popular à data do seu encerramento, Dr^a. Maria Luísa Nunes Abreu, funcionária do Museu durante 28 anos, entre 1980-2008. Através de uma perspectiva única e privilegiada, e de uma forma inédita e pioneira, estabelece-se um esboço da conturbada existência do Museu no período de implementação e

sedimentação da democracia portuguesa, abrindo um conjunto de possibilidades diversificadas para futuras reflexões académicas sobre o mesmo. Refira-se relativamente a este conteúdo em concreto, que esta surgiu como a única possibilidade de apresentar uma visão sobre o período em causa, uma vez que desde, sensivelmente, Novembro de 2007, os arquivos da instituição ficaram vedados ao público no âmbito do processo de encerramento do Museu, não tendo sido estabelecida nenhuma previsão por parte da entidade receptora dos mesmos – Museu Nacional de Etnologia – de quando se encontrariam novamente disponíveis.

Concluída a caracterização museológica da instituição e observadas as premissas descritivas do percurso institucional, o ponto 4 apresenta a forma como a imagem do Museu se foi projectando na sociedade tendo como pano de fundo os dois períodos definidos anteriormente. Partindo de publicações de imprensa desde 1948 até 2008 bem como de alguns elementos retirados no âmbito da comunicação realizada por entidades estatais através dos seus canais de publicitação, permitiu discernir os valores implícitos em cada um desses momentos e a forma como se mantiveram e/ou alteraram ao longo dos mesmos. Comportando, metodologicamente, desafios específicos, registe-se a sua essência e a forma como foram resolvidos.

Tendo como fonte primária a imprensa, em particular os principais jornais portugueses desde a segunda metade do século XX, o principal problema residiu na quantidade de informação existente que cobria um período de seis décadas, incomportável com os prazos definidos e com a disponibilidade do próprio autor. A solução adoptada passou por impor um método selectivo em termos cronológicos – focado nas principais efemérides do Museu e em eventos expositivos promovidos ou onde surgia associado –, estabelecendo a partir daí uma análise referente ao modo como os meios de comunicação o enquadravam e, valorativamente, conotavam.

Sendo uma leitura que se estabeleceu de elementos particularizantes extrapolados enquanto sentido dominante, impõe-se assumir, apesar das virtudes metodológicos, uma limitação decorrente, uma vez que o risco de omissão de datas ou momentos exclusivos está inevitavelmente presente. Desta forma e considerando que o retrato traçado é elucidativo e fiável, em abordagens futuras sobre este aspecto surgirá a necessidade de dar continuidade a esta investigação até porque, verificando-se uma enorme diversidade de fontes referentes ao período entre 1948-1974, o período correspondente ao regime democrático apresenta grandes dificuldades de investigação, em especial entre 1974 e 1995.

O último ponto do capítulo representa o culminar de todo o processo perceptivo realizado em torno do Museu, estabelecendo uma interpretação possível para a decisão política que determinou o seu encerramento em 2006. Procurando apresentar os aspectos mais significativos do movimento contestatário verificado após a decisão da então ministra da cultura Isabel Pires de Lima, através das inúmeras iniciativas promovidas nos órgãos de comunicação social e na internet pela sociedade civil, procura, partindo dessa recolha, estabelecer o sentido dominante bem como as diferentes correntes de opinião existentes expressas em blogs, espaços de debate cultural, e na petição realizada online.

Ao longo do mesmo surgem ilustrados os antagonismos verificados relativamente aos entendimentos que resultavam, claramente divergentes, quanto à utilidade da instituição – um no âmbito político o outro social –, decorrendo daí uma leitura do autor cujo propósito essencial reside na interpretação do simbolismo associado ao acto decisório promovido pelo Poder político e, em última instância, a forma como o mesmo, ao longo do período democrático, geriu e ordenou as memórias e os referenciais evocativos do Estado Novo.

Tal como referido anteriormente o material de apoio e conceptualização utilizado ao longo deste ponto resulta de notas, opiniões e elementos de natureza vários publicado na imprensa e internet, bem como de elementos bibliográficos oriundos da História, Antropologia e Sociologia ligados às questões da Memória e formas de Poder.

Descritos os principais aspectos da metodologia estabelecida ao longo dos capítulos constituintes, esta análise encerra-se com a definição dos limites cronológicos adoptados para a dissertação, apresentando os critérios associados. Sendo o Museu de Arte Popular um produto do pensamento ideológico e estético do Estado Novo, inevitavelmente a percepção desse período justificava-se impondo uma análise descritiva do mesmo. Iniciado formalmente em 1933 e derrubado, militarmente, em 1974, uma parte significativa do trabalho desenrola-se ao longo dessas quatro décadas incidindo sobre múltiplos factores referidos anteriormente.

Mas se é certo que se verifica uma centralização preponderante nesse intervalo temporal, pela necessidade de compreensão do regime nos seus variados aspectos a evocação de momentos anteriores ao mesmo – remetendo para a República, 1910-1926, e Ditadura Militar, 1926-1933, – surge em vários pontos do trabalho. Contribuindo para sustentar e enquadrar elementos concretos no âmbito da afirmação da ideologia e do percurso político do mentor do regime – António de Oliveira Salazar –, bem como das políticas culturais associadas à Salvaguarda e divulgação do património Cultural, figuram ao longo dos dois primeiros capítulos conferindo valências amplas e abrangentes à conceptualização apresentada e estabelecendo contrapontos e lógicas de ruptura/continuidade com a matriz «estado novista».

No terceiro capítulo da obra estabelecem-se os limites definitivos da investigação fixando-os no intervalo 1933-2008. Comportando a análise ao Museu e as incidências descritivas do

seu percurso institucional – de acordo com critérios anteriormente referidos – a par do período correspondente a 1933-1974, fixou-se um segundo ponto de incidência, compreendido entre 1974-2008, conferidor da abrangência contextual necessária ao exercício reflexivo associado a cada um dos conteúdos presentes.

Os limites apresentados reflectem assim o enquadramento histórico do Museu e os fenómenos que determinaram a sua criação, ilustrando o percurso traçado no âmbito do panorama dos museus nacionais durante um período de seis décadas, culturalmente conturbadas, necessário como forma de entendimento para situar o desfecho registado em 2008.